

Geopolítica e processo de desindustrialização: uma questão para o poder nacional brasileiro

Geopolitics and Deindustrialization Process: a Matter to the Brazilian National Power

JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE | alexandrehage@hotmail.com

Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e professor do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais (PPG-PRI) da Universidade Federal do ABC (UFABC)

Recebimento do artigo Setembro de 2021 | **Aceite** Novembro de 2021

Resumo: O objetivo deste ensaio é analisar até que ponto o processo de desindustrialização brasileira é resultado do amadurecimento econômico, similar a alguns países do hemisfério norte, Reino Unido e Países Baixos, ou ocorre por falta de coerente estratégia nacional nas últimas duas décadas. Ainda no mesmo ponto, o presente texto tenciona investigar até que ponto a desindustrialização em questão não pode prejudicar a construção do poder nacional brasileiro e seu desenvolvimento político-econômico, que é também uma questão geopolítica, pois pode envolver o Brasil no sistema internacional. **Palavras-Chave:** Poder brasileiro; desenvolvimento nacional; política econômica.

Abstract: The aim of this essay is to analyze in which extent the Brazilian deindustrialization process is the result of economic growth, like to same countries of the north hemisphere, United Kingdom and Netherlands, or merely occurs due to the lack of Coherent national strategy. At the same point, the intention is to investigate to what extent the deindustrialization in question of the Brazil, in the decades, does not can harm the construction of the Brazilian national power and its political-economic development, who is also a question of geopolitics because it can involve the Brazil in the international system. **Keywords:** Brazilian power; national development; economy policy.

1. INTRODUÇÃO

A grande indústria de transformação no Brasil é também resultado da reflexão geopolítica que ganha corpo a partir dos anos 1910. Não se trata de reflexão proveniente das ciências sociais, academicamente articuladas, mas sim de pensamento formado pelo tempo, desde os antigos militares, jornalistas e outros que conformavam aquilo que Robert Moraes denomina *protogeografia* (MORAES, 2005). Vale dizer, um grupo de saber adquirido informalmente sobre o território e história do Brasil, mas nem por isso menos importante que aquele surgido a partir dos anos 1930, conhecido no âmbito do ensino universitário.

A geopolítica do Brasil, evolução dessa protogeografia, não negligenciava o fato de que a melhoria do *poder nacional* se daria, em primeiro plano, pela industrialização em alto grau, da transformação da economia, que deveria deixar de ser amplamente agroexportadora para abrir espaço a atividades manufatureiras. Vale dizer, economia que contribuísse para mudar a paisagem territorial do país, sobretudo a urbana, sede na qual se articularia o poder nacional a partir do fomento industrial, das forças armadas e da atividade sociopolítica.

Em outro aspecto, a industrialização brasileira também contribuiria para que o país escapasse, na medida do possível, dos arranjos da Divisão Internacional do Trabalho que ajustaria as unidades nacionais por setores de especializações; no caso do Brasil, a agroexportação de bens de baixo valor agregado. Vale lembrar que tal concepção de economia internacional seria contestada por parte da elite política de 1930, que percebia a industrialização também como maneira de fomentar a soberania nacional (LOPES, 2020).

Sobre isso, é congruente recordar que no período da Guerra Fria Carlos Meira Mattos frisa que a industrialização brasileira, com progresso técnico, promoveria o binômio “segurança e desenvolvimento”, visto que anularia atos ofensivos à estabilidade política, como alto grau de desemprego, falta de infraestrutura e forte desnível regional (MATTOS, 1975).

Por conseguinte, o binômio acima seria fruto de projeto de Estado, que deveria liderar investimentos na indústria de base, na extração de energia, petroquímicos, na diversificação econômica regional e, para fins de políticas de defesa, ampliar o parque industrial ligado às Forças Armadas brasileiras (SUZIGAN, 1988). Em outras palavras, expandir o complexo industrial-militar que, nos anos 1980, ganhou importância por causa da quantidade de material bélico exportado, principalmente, para países do antigo Terceiro Mundo, caso de Angola e Iraque.

Nas décadas de 1950 a 1970, ao verificar que o país havia conseguido adentrar ao processo de industrialização, mesmo que em níveis menos sofisticados em tecnologia, o passo a seguir seria incentivar o crescimento de núcleos industriais, cujo papel seria o de irradiar efeitos positivos em torno de áreas-pivô. Efeitos positivos a partir de centros econômicos regionais. Em outros termos, haveria esforços de descentralização industrial no Brasil (BARROS, 1975). É sob esse aspecto que emergem centros de atração e expansão da atividade econômico-industrial, como Recife, Manaus (Zona Franca) e outros de menor peso relativo, caso de Campina Grande, Joinville e Uberlândia.¹

1 De alguma forma, a expansão do sistema universitário combina com esse propósito, vide as Universidades Federais de Uberlândia, de 1969, e Campina Grande, de 1970.

O que se esperaria depois de realizada as transformações econômicas seria a criação de rede de articulação e logística, criando um sistema coordenado a partir das grandes metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, na dinamização da economia nacional. Na literatura sobre geopolítica tais premissas são presentes, pois aquilo que alguns autores denominam *geoeconomia* é contemplado no livro de François Perroux, *A Economia do Século XX*, e no uso que dele faz Golbery do Couto e Silva, em *Geopolítica do Brasil*, sobre a importância dos centros de desenvolvimento e a atração que eles exerceriam sobre áreas consideradas econômica e demograficamente fracas. Exemplo dessa questão seria a atração que Foz do Iguaçu exerceria sobre a Argentina, região de Misiones por causa do efeito irradiador da Usina Hidrelétrica de Itaipu (CAUBET, 1991).

Por outro lado, se houve sinergia entre reflexão geopolítica, pela melhoria do poder nacional, por meio da indústria de transformação, para que houvesse inserção internacional mais bem assentada, tal manifestação deixou de existir, em grande parte, nos anos 1990, nos quais o Brasil deixou de planejar tanto sua atuação econômica doméstica quanto nos negócios internacionais, para atender a circunstâncias do momento (BELLI, 2017). Um equívoco, visto que os departamentos, interno e externo, não devem ser separados: um bem pensado planejamento estratégico nacional, de melhoramento econômico, científico, etc., serve de impulso para boa atuação internacional.

Ao estendermos o argumento acima podemos dizer que o descuido no planejamento estratégico no Brasil, sem considerar a natureza do ambiente internacional, de conflito, levou-nos a uma questão nem sempre bem debatida nos estudos brasileiros de relações internacionais, mas que pensamos ser fundamental: o processo de desindustrialização e suas implicações para a evolução do poder nacional, da arquitetura sobre a qual se forma o desenvolvimento político-econômico para a consecução da autonomia nacional.

Sabemos que neste ensaio há perguntas que não podemos satisfatoriamente responder, de suma importância, mas que não podem ser contempladas em breve texto. Contudo, rápidas observações podem ser feitas. Por exemplo, a desindustrialização seria, obrigatoriamente, resultado da maturação econômica ou da mudança estrutural dos países economicamente mais avançados, que deixariam o setor manufatureiro para privilegiar áreas de serviços? Certo esgotamento industrial pode ser encontrado nas economias norte-americana, britânica e algumas europeias da década dos anos 1980, denominados *neoliberais*.

Porém, podemos verificar que nos Estados Unidos há esforços para que haja *reindustrialização* com incentivos públicos². Nesses impulsos, por parte de Washington, há o uso do gás de xisto (*shale gas*). O barateamento da energia é fator de incentivo industrial naquele país, cujo valor do gás natural para uso industrial e de transporte seria 1/4 da média mundial (TN Petróleo, 2013). Como não poderia deixar de ser, o *shale gas* ainda guarda implicações políticas em virtude de diminuir a importação de petróleo dos Estados Unidos perante a OPEP, o cartel dos países exportadores do cru. (BOFF; OURIQUES, 2018).

2 Iniciativas com apoio governamental são encontradas para o processo de “nova industrialização” dos Estados Unidos. São mencionadas as medidas *Advanced Manufacturing National Program Office*, de 2011, e a *Manufacturing USA*, em 2016 (DINIZ, 2019).

O papel da China neste ponto também é esperado. Não há dúvidas de que a industrialização chinesa obteve recursos financeiros de todo o mundo e passou a oferecer, em grande medida, produtos manufaturados de variados tipos e qualidade: de botões a locomotivas de alta velocidade. Se o peso econômico do *Império do Meio* é sentido no hemisfério norte o que dizer, então, de seu efeito nas economias médias, como a do Brasil? Mas será, efetivamente, que a crise da indústria nacional é ligada às importações chinesas? Estas são perguntas da maior relevância que devem ser respondidas em outro texto, visto que não podemos contemplá-las com qualidade esperada neste ensaio.

O arrazoado acima é para demonstrar que o histórico brasileiro de industrialização, como fator geopolítico, não apareceu espontaneamente; ele é fruto de reflexões políticas e econômicas que ganharam corpo a partir da Revolução de 1930, e foram endossadas pelas elites governamentais dos anos 1950 e 60. Embora possa sofrer críticas em virtude de algum efeito negativo, o *estruturalismo econômico* teve bons resultados até a segunda crise do petróleo, em 1979, e a escalada de juros que o FMI fez sobre as dívidas externas do Terceiro Mundo, em 1980. Duas crises que levaram dúvidas sobre o futuro industrial do Brasil.

A questão é que, desde a segunda metade dos anos 1990, no período do governo Fernando Henrique Cardoso, até em parte do governo Lula da Silva nos anos 2000, surgem amostras de que o Brasil está se desindustrializando de modo constante. Estudiosos do tema opinam haver perversidade na perda industrial brasileira em virtude, fundamentalmente, de um item: o país se desindustrializa sem ainda chegar ao ápice de seu desenvolvimento econômico. Uma desindustrialização fora de época e que ocorre em uma sociedade de renda média. Por que a indústria de transformação nacional perde fôlego? A economia brasileira está se *reprimarizando* por causa das exportações de proteína animal, ferro e soja?

Afinal, o que é desindustrialização? Grosso modo, Oreiro e Feijó (2010) explicam o termo a partir da observação sobre a queda que o setor manufatureiro tem na constituição do Produto Interno Bruto ou a participação do mesmo setor em suas pautas de exportação. Assim, a decadente participação da indústria no PIB nacional, bem como na composição das exportações, indica que um país se encontra em fase de desindustrialização. Desse modo, cumpre dizer, que o Brasil deixa de exportar não somente itens tradicionais da indústria, bens de capitais, mas também aqueles de alto valor agregado, bem como elementos ligados ao setor estratégico, caso dos elementos de defesa³.

O debate sobre desindustrialização apresenta vários meandros. Outro conceito que no decorrer do debate é inerente à perda de vigor industrial, reprimarização da economia, é o de *doença holandesa*. Será que o Brasil foi infectado com essa enfermidade, que conduz o país a ser amplamente exportador de bens do agronegócio? A questão não é simples, visto que Bresser-Pereira e Marconi relativizam a existência deste conceito em virtude da complexidade da situação brasileira (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2009).

Por fim, a metodologia empregada neste é a revisão bibliográfica de economia política e a possível relação dela com conceitos geopolíticos e do realismo das relações internacionais.

3 Setor considerado à parte, por manter vantagem adquirida, é o de aviação, capitaneada pela Embraer, cuja exportação chegou a 3,52 bilhões de dólares em 2018, tendo nos Estados Unidos e China seus maiores compradores. Contudo, mesmo no caso dessa grande empresa brasileira o debate não pode ser aqui resumido em virtude da rede internacional de produção que ela integra (MONTINI; ROBINSON; CORONEL; FEISTEL, 2019).

Nessa perspectiva, alguns autores são Alexander Cherschenkron, Guerreiro Ramos, Araújo Castro, Rudolf Kjellen e Hans Morgenthau sobre industrialização, poder nacional e geopolítica; e em parte, os desdobramentos da divisão internacional do trabalho que, de alguma forma, contribuem para analisar o processo brasileiro de desindustrialização.

2. PODER NACIONAL E INDUSTRIALIZAÇÃO

O poder nacional pode ser interpretado de diversas formas e por autores ideologicamente distintos. Para ficarmos apenas em poucas expressões mencionamos que uma ideia desse conceito, não plenamente desenvolvido para a época, aparece em Clausewitz, em sua obra *Da Guerra*, em que considera os fatores geográficos de seu tempo e os efeitos no exercício da guerra. Sem pecar por determinismo, as condições ambientais contribuiriam para a promoção do Estado ao nível de grande potência, pois melhoraria suas condições econômicas ao tirar proveito da opulência de recursos naturais.

Da mesma forma, o termo aparece em Raymond Aron, que relativiza o peso dos fatores tradicionais de poder no desenvolvimento das *unidades políticas* para se referir aos Estados contemporâneos. Isto não significa que o francês desacredita do poder nacional; ele apenas procura dizer que a compreensão do conceito pode sofrer alterações no decorrer do tempo, por exemplo, a grandeza territorial de ontem tem menos importância hoje (ARON, 1986).

O que o autor acima procura fazer é não se vincular à possível noção de *determinismo geográfico* que durante a primeira metade do século XX perturbou os estudos de geopolítica, sobretudo por causa da visão que a chamada “Escola de Munique” demonstrava ao valorizar termos como *espaço vital* ou direito ao expansionismo. Por outro lado, cumpre dizer que a geopolítica é instrumento operacional, que tira partido do poder nacional, para que o Estado tenha locomoção externa sem grandes constrangimentos ou para fomentar a integração nacional a partir de um centro de poder (MIYAMOTO, 2002).

De Clausewitz, passando por Aron, e demais autores, o poder nacional pode ser interpretado como a união dos fatores domésticos de poder de um determinado Estado que, ao entrarem em processo de cooperação, faz com que a unidade política tenha inserção internacional assertiva. A saber, que o Estado em questão seja reconhecido como um ator igual na arena feita pelas potências que controlam o sistema internacional.

Com efeito, poder nacional é a junção das instituições nacionais que ao serem bem agregadas podem fazer do Estado uma grande potência. No entender do general prussiano, o poder nacional (que não aparece com tais palavras) é feito pela grandiosidade do exército, pela logística que envolve boa parte da sociedade nacional para sustentar os exercícios em combate, do “reencontro”. Nisso pensamos que se trata de organizar suprimentos alimentares para as tropas, meios de transporte etc., para que o exército possa continuar seu trabalho de fazer a guerra: “Nas guerras modernas, a questão do abastecimento ganhou uma importância considerável” (CLAUSEWITZ, 1979, p. 395).

No âmbito dos mestres iniciadores dos estudos sobre relações internacionais, Hans Morgenthau só percebia a serventia do poder nacional se ele fosse engrandecido pela inteligência da unidade política, da qualidade diplomática. Embora seja longa a citação, pensamos ser conveniente reproduzi-la em virtude de sua ilustração para os propósitos deste ensaio:

A diplomacia, pode-se-ia dizer, representa o cérebro do poder nacional, do mesmo modo que o moral nacional constitui a sua alma. Se a sua visão for nebulosa, se o seu julgamento se mostrar falho e se sua determinação parecer débil, todas as vantagens da localização geográfica, da auto-suficiência em alimentação, matérias-primas e produção industrial, do grau militar, (...) servirão, no final das contas, de muito pouco para a melhoria de uma nação (MORGENTHAU, 2003, p. 274).

Por vez, a preocupação de se compreender o poder nacional também é encontrada no Brasil, de meados dos anos 1950, dois autores se destacam no tema. O diplomata Araújo Castro segue, parcialmente, a compreensão de poder nacional concebida pela Escola Superior de Guerra. Em essência, a interpretação que ele faz do conceito não diverge do apresentado neste ensaio: basicamente a união dos fatores internos de poder. Porém, Castro procura ligar sua assertiva às condições do Brasil do momento; um país com pouco poder, em processo de industrialização, e que necessita de aporte tecnológico para adquirir relevância na política internacional (CASTRO, 1999).

Refletida na medida em que o Brasil não possuía capacidade científica para angariar avanços tecnológicos, e melhorar seu avanço econômico, o país teria de “pular etapas” por meio de associação com potências que, de alguma forma, compensariam a situação de carência material e sem apresentar ampla cobrança pelo trabalho feito. Trata-se de operação política delicada para o Brasil, pois adquirir capacidade científica sem ter o ônus da cooperação do hemisfério norte, exigiria reserva de poder que o Brasil não teria.

Araújo Castro acredita que o lícito para o Brasil seria valorizar tópicos *objetivos* e *subjetivos*. Os primeiros se encontram, entre outras coisas, na criação de parque industrial condizente com a necessidade brasileira; já os segundos têm a ver com a vontade nacional de superação de obstáculos, e na qualidade da classe dirigente: “para o Brasil o caminho mais rápido, mais direto para o fortalecimento de seu Poder Nacional é o próprio caminho de seu desenvolvimento econômico e expansão industrial” (CASTRO, 1999, p. 223).

O segundo autor, sobre o poder nacional, é professor Guerreiro Ramos. Entre vários itens que compõem o poder nacional, para o membro do antigo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ganha destaque a elite governamental - elite de estudiosos responsáveis pela confecção de planos nacionais de desenvolvimento. Contudo, vale dizer que a importância que essa “classe social” ganha não ocorre por suas características imanentes, que podem ser compreendidas como senso-comum, mas em virtude de sua ligação com o povo ou, utilizando termo consagrado, com a vontade nacional:

É o poder nacional o conjunto de todos os grupos e indivíduos que desempenham papel ativo na organização de um país;

de todos os elementos políticos por excelência que concentram em suas mãos a direção econômica-social, o poder militar e as funções administrativas (RAMOS, 1957, p. 11).

Eis algo que pensamos ser relevante para o debate sobre o que gostaríamos de apresentar neste ensaio. A saber, a industrialização brasileira fora compreendida, desde os anos 1930, como projeto de desenvolvimento capitaneado por uma elite governamental que, em grande parte, havia chamado para si aquela tarefa histórica, cujo desfecho seria engrandecer o Brasil, tanto no doméstico quanto nas relações internacionais.

É claro que no debate sobre o Estado brasileiro é lícito verificar que a ascensão e poder das elites governamentais não deve ser separado da dinâmica social, a interação das classes dirigentes com setores da sociedade, industriais considerados nacionalistas, sindicatos, bem como a compreensão sobre contradições que podem haver nessas mesmas elites (VIEIRA, 2015).

Mais do que isso, a industrialização seria considerada parte central do poder nacional brasileiro em via de construção nos anos 1950. Guerreiro Ramos fora bastante sensível, no período do “nacional-desenvolvimentismo”, ao apelo industrializante porque esse assunto fora elevado ao grande debate nacional. Um país que se industrializava entrava, indelevelmente, ao nível superior de atuação política. Em um Brasil que continuava agrário, industrializar-se era dar melhores empregos, transformar cidades modestas em importantes centros urbanos, ir ao encontro da cultura ampliada, portanto, aumentar o nível de vida. Indústria era sinônimo de desenvolvimento econômico (RAMOS, 1958).

Guerreiro Ramos não estava só no debate a favor da industrialização e seus efeitos positivos na política brasileira. Lembremos que os anos 1940 e 1950 foram profícuos em sua promoção. Sobre isso, acreditamos que continua digno de nota o célebre debate entre dois importantes membros da elite dirigente daquele momento: o senador Roberto Simonsen (SP) e o professor Eugênio Gudim que, nas *Controvérsias*, defendiam seus posicionamentos. O senador saiu-se melhor na defesa da industrial nacional ao deixar claro ao governo que a agricultura, sob as condições da época, não poderia qualificar a econômica brasileira e, por conseguinte, melhorar o poder nacional (RODRIGUES, 2018).

Industrializar-se não seria somente lograr ao Brasil setor considerado superior na atividade econômica, com maior grau de complexidade técnica. Adentrar à área secundária seria, de igual modo, angariar transformação política, visto que daria ao Brasil melhores condições de progresso à população (e do poder nacional) por meio de incrementos dos demais fatores domésticos. A industrialização permitiria dar às forças armadas relativo poder de manobra, à medida que diminuiria o grau de importação de armamentos e a dependência do país às grandes potências – ao menos em material bélico de menor complexidade técnica, por exemplo, carros de assalto (CAMPOS, 1952).

Se houver como relacionar o Brasil com a história econômica de um país análogo, pode ser lícito mencionar o clássico texto de Alexander Gerschenkron. Sua análise é para a Rússia czarista (também soviética), mas com licença de uso, não seria de todo errado usá-la para o Brasil, visto que ambos são países de industrialização retardatária e afinado apelo geopolítico, daí o peso militar: “movido por interesse militar, o Estado assumiu o papel de principal agente impulsionador do progresso da nação” (GERSCHENKRON, 2015, p. 80).

Não seria outro motivo que fizera do Exército Brasileiro, em particular, um tipo de “intelectual orgânico”, desde os anos 1920, em defesa da industrialização que teve azo a partir do Estado Novo, em 1937, no qual o general Góes Monteiro procurava exercer, junto à Presidência da República, influência em prol da criação da industrialização pesada, de bens de capital, que daria aos militares expectativa de poder contar com suporte econômico a partir de siderurgia e de controle mineral, caso do petróleo e ferro.

A fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, e da Petrobrás, em 1953, marcam a conexão que o governo teria com os militares e que esperava daquelas empresas contribuições para o melhoramento do poder nacional, na criação de outras indústrias em áreas da mecânica, elétrica, química e outras (DRAIBE, 2004).

Enfim, industrializar o Brasil não seria somente mudar o padrão econômico nacional, menos complexo, mas também levar em conta que a industrialização, em grande monta, seria parte de um processo de incremento do poder de Estado e sua definição em uma ordem internacional vista como desigual e difícil para os membros do hemisfério sul. A questão militar não seria um fim em si mesmo, mas o código para mudanças estruturais (VIEIRA, 2015).

3. POR QUE SE INDUSTRIALIZAR

Industrialização, construção do poder nacional e geopolítica podem ser termos afins. Ao pensar em sua Suécia, agrária, do início do século XX, Rudolf Kjellén, nome clássico do pensamento geopolítico, defendia a premissa de que o Estado deveria imprimir política economicamente autárquica, à primeira vista (KJELLEN, 1976). A princípio, com teor nacionalista, a autarquia conferiria Estocolmo condições de suportar o poder britânico (e alemão) em questão que não favorecia o país nórdico: industrialização. Em outras palavras, pensava o autor que a sorte de sua nação não negligenciaria aspectos econômicos mais avançados, bem como progresso material e técnico.

Em Raphael Padula e José Luís Fiori, é por intermédio da industrialização avançada, em seus aspectos geopolíticos, que os Estados conseguem exercer historicamente projeção de poder no sistema internacional. Desta forma, não seria equivocado dizer que a crise estrutural da manufatura pode contribuir para diminuir os meios de influência, que os mesmos Estados detêm para fazer valer sua preeminência no mundo interestatal. Com efeito, foi por meio da capacidade industrial que Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos concorreram para encabeçar o sistema interestatal após 1870, por meio de nacionalismo econômico e do poder político aplicado (PADULA; FIORI, 2019).

Em texto sobre nacionalismo do século XIX, e suas implicações geopolíticas, os citados professores da UFRJ demonstram que o pensamento do norte-americano Alexander Hamilton, e do alemão Frederich List, não divergia do apresentado por Kjellén quando o tema é o melhoramento do poder relativo do Estado, por meio da industrialização:

Questões de geopolítica, segurança e desenvolvimento se apresentam como interconectadas. E é a partir da identificação da existência de ameaças externas que os autores (Petty, Hamilton e List) vão justificar

a necessidade de políticas que direcionem as atividades produtivas e a geração de renda para determinados setores econômicos e grupos que considerem estratégicos (PADULA; FIORI, 2019, p. 238).

O que tencionamos sublinhar é que a industrialização brasileira não fora resultado de determinado momento, ainda que delicado e exigente, caso da Segunda Guerra Mundial, da crise econômica de 1929 ou de uma elite escolhida por seus méritos específicos. Esforços para fazer do Brasil país economicamente complexo, escapando da rotina agrícola, podem ser encontrados em vários autores, distintos entre si, mas que acreditavam na necessidade do Brasil entrar em nível superior de economia e relações exteriores.

Na esfera da reflexão geopolítica, Mário Travassos deixa claro que o Brasil deveria adentrar a um ritmo industrializante mais bem posto em virtude da balança de poder regional que não favorecia o país. Em outras palavras, sem se preocupar em demasia com os Estados Unidos, para o capitão do Exército o problema era a Argentina, cuja formação política e econômica a conduzia a ser a potência preeminente na América do Sul e, portanto, militante na anexação de vizinhos econômica e politicamente fracos, Bolívia e Paraguai, os chamados Estados mediterrâneos, uma vez que contavam somente com o porto de Buenos Aires para terem contato internacional: comércio exterior, defesa, etc. (TRAVASSOS, 1938).

No livro de Travassos encontra-se prefácio de figura proeminente na política nacional daqueles anos. Pandiá Calógeras fora ministro da Guerra, em 1922, e alertava os governantes para que percebessem o fato de que o Brasil continuava sofrendo de problemas sociais persistentes, advindos do século XIX, que em países com o mínimo de cuidado com o povo, como na própria Argentina, já estariam desaparecidos, como a desnutrição e o analfabetismo.

A resolução para aqueles autores passaria pela mudança da economia nacional, sair da agricultura ineficiente, que serve para a manutenção de concepções políticas retrógradas, e partir para o progresso técnico. Dos anos 1920 a 1970, não há dúvidas de que a compreensão do que vem a ser progresso não é divorciada da industrialização. Apesar da condição periférica do Brasil, houve avanços. Eis a opinião de Clélio Diniz: “em meados da década de 1980 o Brasil possuía uma estrutura industrial integrada e complexa. Havia expandido sua indústria de bens de capital, com vários grupos nacionais privados e estatais, e atraído várias indústrias estrangeiras” (DINIZ, 2019, p.250).

Tais esforços haviam contribuído para que o Brasil concorresse na exportação de bens manufaturados de médio teor tecnológico, caso de papel e celulose, máquinas e equipamentos, petroquímicos, mecânicos e mais alguns itens que poderiam ajudar o país a obter meios para progredir na exportação de produtos mais sofisticados (LOPES, 2020). Ainda que possa ser tema controverso, a produção e exportação de armamentos pesados poderiam ser o apoio “pedagógico” de participação em mercado bastante competitivo, cujas possibilidades de se manter são difíceis para os Estados em desenvolvimento.

Isto seria um modo de fazer com que a inserção internacional brasileira ganhasse afinco com o advento da industrialização de base; a “placa mãe” que permitiria a reprodução de unidades industriais avançadas na mecânica, siderurgia, elétrica etc. Embora esse projeto, com razoável coesão, tenha perdido fôlego com a crise da dívida externa em 1982, ele esgotou-se, de fato, ao entrar os anos 1990, com a “Nova Política Industrial”.

O Brasil industrializado poderia fazer com que setores não integrados, automaticamente no setor manufatureiro, pudessem sofrer efeitos positivos de irradiação. Setores irradiados pela indústria significa participar de progresso técnico, uma vez que haveria complementariedade entre diferentes níveis de atuação entre os agentes. Por vez, a demanda dos setores mais dinâmicos da economia puxaria a produção das empresas de menor conteúdo tecnológico, fomentando ciclo virtuoso. Esta premissa pode ser de grande valia tanto nos anos 1950 quanto na atualidade. Claro, desde que se pense a industrialização sob métodos contemporâneos com pesquisa e desenvolvimento.

4. PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO RELATIVA

Vários motivos concorrem para que o Brasil perca importância industrial. Ao seguirmos o raciocínio que nos move, acreditamos que não há falta de consenso entre os estudiosos da economia política sobre o fato de que o Brasil se desindustrializa há mais de vinte anos. O que pode haver no debate sobre essa questão não é sobre sua existência, mas os motivos que o levam a tanto (OREIRO; FEIJÓ, 2010). Por isso, é congruente salientarmos que o processo que conduz o Brasil a perder peso industrial não é análogo a outros países que passaram pela mesma experiência. O que se encontra no Brasil não reproduz o que houve nos Países Baixos ou no Reino Unido dos anos 1970.

No estudo de Paulo Morcero e Joaquim Guilhoto, percebe-se que perda de importância industrial do Brasil, em relação ao PIB, tem os seguintes dados: queda de 19.5%, em 1981, para 11.3% em 2018 (MORCEIRO; GILHOTO, 2019, p. 10). Já no âmbito internacional as feições também são “anormais” pelo fato de o país se desindustrializar com rapidez e perder competitividade também em face das nações de recente industrialização:

Um comparativo internacional realça que o Brasil está ficando para trás. Entre 1980 e 2015, o produto manufatureiro real do país expandiu-se apenas 28%, enquanto os Estados Unidos e o “Mundo sem China” aumentaram num ritmo quatro vezes maior (...). Logo, o Brasil está se distanciando cada vez mais dos países líderes. Chama atenção que o produto manufatureiro real per capita brasileiro está estagnado e com tendência de queda desde 1980 e, em 2018, foi 25.8% inferior ao nível obtido em 1980 (MORCERO; GILHOTO, 2019, p. 11).

Perguntas que pensamos ter destaque: o ritmo de desindustrialização brasileira já era esperado? Será que o processo registrado no Brasil não seria precoce em vista daquilo que o setor manufatureiro ainda teria a exercer para o desenvolvimento nacional? Reino Unido, Países Baixos e, em parte, os Estados Unidos não se desindustrializaram após chegarem ao máximo de sua pujança econômica? Em outras palavras, se a desindustrialização é fato estrutural o Brasil já estaria nessa fase de aspecto irreversível?

Em um aspecto, desindustrialização é quando a participação da manufatura na pauta de exportações passa a perder espaço para os setores agrícola, mineral e serviços. José Luís Oreiro e Carmem Feijó ampliam o tema ao dizer que desindustrialização pode ser encontrada em sua inferior composição no produto interno bruto (OREIRO; FEIJÓ, 2010). A desindustrialização existe não somente porque há estancamento da produção, mas também porque a indústria perde dinamismo na criação de empregos e nas inovações.

De modo complementar, Luís Tironi vê o processo quando o setor perde competitividade no mercado internacional. A indústria de transformação não tem dinamismo suficiente para enfrentar homônomas mais bem preparadas em pesquisa e desenvolvimento. Isto parece ser o caso do Brasil em face da concorrência proveniente, antes de tudo, das empresas asiáticas, dos novos países industrializados, com destaque para os *tigres asiáticos*, Coreia do Sul e Taiwan e mais alguns da franja asiática (TIRONI, 2012).

Em compensação, a desindustrialização dos países avançados na escala do PIB, ou na pauta de exportações, passa a ser neutralizada por itens “não tradicionais”, criação de desenhos-modelos específicos, pesquisas avançadas em informática, bioquímicos, atividades financeiras e transformações de *commodities* em bens de valor agregado, a exemplo do café solúvel. Eis o produto que chama atenção de Rubens Ricupero pelo fato de o Brasil ser o maior produtor mundial do insumo, mas que não guarda políticas públicas apropriadas para adquirir vantagens duradouras sobre o produto. Em outros termos, não há “marca Brasil” sobre um bem no qual o país é líder na exportação (RICUPERO, 2001).

Outro motivo que acelera a desindustrialização das antigas potências é a transferência de setores amadurecidos da economia nacional para outros países, geralmente nas áreas em desenvolvimento. Na atualidade, falamos de China e demais países do Pacífico. Região que dentro do esquema da economia-mundo contribui para a relativa desindustrialização do hemisfério norte, mas que absorve intensamente sua produção de bens “não tangíveis”, com valor agregado, que será integrada nas cadeias de produção asiática.

Porém, perder peso na economia industrial não significa, obrigatoriamente, perder afinco no desenvolvimento ou no poder nacional. Mais uma vez, Estados Unidos e Reino Unido indicam o contrário. Com efeito, não há perda em vista de transformações político-econômicas que aquelas potências fizeram a partir de 1973, da primeira crise de energia; a saber, constituir poder sobre finanças internacionais, controlar transações bancárias, coordenar a economia do petróleo, entre outras, faz com que os poderes americano e britânico sejam observados como suficientes para ordenar o sistema internacional, mesmo perdendo vigor industrial para o Japão e Europa Ocidental (GOWAN, 2003).

Mesmo que seja a passos largos podemos dizer que as razões que levam o Brasil à desindustrialização são encontradas na abertura comercial desregrada, na política instável de câmbio e na aplicação de altos juros bancários. Não ignoramos que cada um desses itens pode ser demoradamente debatido. A abertura comercial do governo Collor, em 1990, não foi tão ampla a ponto de prejudicar, em grande monta, a indústria nacional; a não ser setores que foram de fato abalados, como as confecções de Santa Catarina e São Paulo.

Sobre isso, podemos dizer que houve problemas estruturais que contribuíram para a perda de produtividade de setores industriais brasileiros, como histórico excesso de proteção setorial (SUZIGAN, 1988), composição erradas de políticas econômicas, exemplo dos planos

malfadados dos anos 1980/90, mau preparo produtivo, hiperinflação e outros danos que agregaram crises no momento em que houver abertura comercial (RICUPERO, 2014).

Visto que pode haver controvérsia, podemos dizer que a política de estabilidade do Plano Real, de 1994 a 1999, do governo Fernando Henrique Cardoso, tenha perturbado mais a indústria brasileira que a do governo anterior, derrubado por impedimento. A estabilidade do Plano Real dependia, em boa parte, de importações para evitar desabastecimento ou especulação com preços ao consumidor; problemas que acompanharam o Plano Cruzado, de 1986, em que produtos básicos desapareciam dos mercados.

O governo Fernando Henrique contava com a valorização da moeda do real, em paralelo à queda da inflação, que daria poder de compra ao consumidor. Por isso, as importações seriam necessárias para corrigir problemas da indústria nacional, caso de baixa produtividade. Se o setor industrial neutralizasse aquelas questões a produtividade, contribuiria para não faltar bens na praça. O efeito controverso dessa política foi passar “de um superávit de US\$4.8 bilhões em 1994 (governo Itamar Franco), para a um déficit de US\$10.9 bilhões em 1995, o qual se aprofundou daí em diante. De fevereiro de 1997 a janeiro de 1998, esse déficit atingiu US\$19,7 bilhões” (OLIVEIRA; TUROLLA, 2003, p. 199).

A política de 1994, embora tivesse sua razão, teve efeitos colaterais na indústria brasileira. Ela não fez distinção dos setores que deveriam ser abertos ao exterior. O governo correu risco de cair no caricatural ao promover importação de produtos “corriqueiros” aos brasileiros enquanto o real se valorizava perante o dólar (CARDOSO *apud* BIONDI, 1997). Até 1999, o setor industrial sofreu enfrentamentos duros, mas passou a ter algum alento em virtude da desvalorização da moeda nacional, que era a queixa de parte dos economistas “heterodoxos” que criticavam o câmbio forte ditado pelo Banco Central.

Todavia, outra fase marcante do processo de desindustrialização é encontrada a partir de 2003, a começar o período Lula da Silva, em que o câmbio continuou fortalecido, incentivando importações de manufaturados e demais produtos complexos. Essa filiação de política econômica do governo era considerada pouco criativa ou, de forma não menos crítica, continuação daquela feita por Fernando Henrique⁴. A saber, uma política engessada em suas articulações, pois procurava conservar “a lógica da credibilidade” econômica, tão ao gosto dos agentes financeiros e de organizações internacionais.

Lógica da credibilidade que congelaria a atividade política nacional, em seu aspecto mais relevante de poder de Estado, para se vincular a itens que pouco contribuíram para a criação de empregos de qualidade na indústria de transformação, uma vez que o setor estava sem apoio financeiro em virtude das altas taxas de juros – fato que praticamente proibia a aquisição de empréstimos públicos para o *upgrade* empresarial. Com juros acima de 20% seria penosa a recuperação manufatureira do Brasil (PAULANI, 2003).

Por outro lado, a valorização das *commodities* brasileiras, soja, ferro, carnes de boi e frango no mercado internacional, patrocinaram intensas importações, uma vez que a entrada

4 Em todo caso, houve tentativas de reverter a industrialização por meio de algumas iniciativas, *Política de Desenvolvimento Produtivo*, de 2008, e *Plano Brasil Maior*, de 2011. Ambos considerados malogrados em seus propósitos: “Não se arrefeceu o compromisso da Presidente Dilma com uma política industrial ativa como maneira de avançar. O Brasil tem menos de 10% do total do valor agregado industrial nos componentes de alta tecnologia e mais de 65% nas duas categorias de tecnologia mais baixa” (FISHLOW, 2013, p. 41).

maciça de dólares, até 2013, por causa de superávits nacionais, foi o meio para fazer com que a indústria doméstica perdesse, em parte, capacidade de concorrência com produtos chineses. A China associa crescimento industrial como meio de inserção internacional e, por conseguinte, projeção de poder, vale dizer, de expressar amplamente sua geopolítica.

O chamado “real forte” que impulsiona a alta de importações marcou o período Lula da Silva e o primeiro Governo Dilma. Entre 2003 a 2010 o Brasil adquiriu recursos econômicos de grande monta em virtude da forte valorização das matérias-primas exportadas, sobretudo para China e Índia, países cujo crescimento acima dos 7% ao ano impulsionou o superávit brasileiro. Em decorrência da valorização das commodities houve expressiva entrada de dólares no Brasil que, certamente, contribuiu para importações de produtos manufaturados e eletrônicos, cujos preços eram inferiores aos brasileiros.

Um dos efeitos contraditórios do aquecimento econômico nacional foi o crescimento de déficits por causa, entre outras coisas, do aumento de 60% da importação de bens manufaturados, de média e alta tecnologia, enquanto a produção nacional não passou de 34%. No âmbito global, a situação do Brasil também decaiu. As exportações nacionais, de manufaturas, caíram de 0.8% para 0.6%, enquanto a importação dos mesmos bens subiu de 0.5% para 1.4%. Por isso, a posição brasileira no *ranking* dos países de economia industrializada decresceu, saindo de 9ª posição para 13ª (DINIZ, 2019, p. 251).

Como mencionamos há pouco, não se pode atribuir unicamente às importações responsabilidade pelo processo de desindustrialização nacional: a crise financeira de 2008, a falta de racionalidade tributária, uma política de juros que possa facilitar investimentos e a ausência de políticas de pesquisa na esfera industrial são também responsáveis. Em outro âmbito, sobre a queda da participação industrial na formação do PIB brasileiro apresentamos alguns números: em 1980, a participação do setor secundário era de 36%; em 2015, caiu para 14% (FUNDAÇÃO JOAO MANGABEIRA, 2015). E podemos ver que tal declínio mantém-se para 2018 (MORCERO; GILHOTO, 2019).

E qual a importância de se pensar na retomada da industrialização nacional? Ao procurar relacionar este tópico com o poder nacional, sublinhamos que a perda de importância industrial no Brasil, sobretudo no setor de alta e média tecnologia, não permite com que o país saia de sua posição periférica. A razão para tanto é que as potências que controlam o *sistema-mundo* são justamente as que, embora passassem por desindustrialização relativa, não deixaram de montar seu poder sobre itens de maior complexidade tecnológica, incorporados na concepção industrial de toda a economia internacional:

As forças econômica, política e cultural, científica e tecnológica do capitalismo central funcionam como fortes restrições às mudanças. Nesse sentido, as recuperações recentes das economias americana e japonesa ilustram essas forças (...). Adicionalmente, há que ressaltar o poder militar e os avanços tecnológicos e, ainda mais, a capacidade do sistema capitalista central, especialmente dos Estados Unidos, em exercê-lo, colocando novos desafios para a ordem mundial” (CAMPOLINA; DINIZ, 2014, p. 643).

Em outro aspecto, a manutenção da indústria de alta intensidade tecnológica promove repasse de ganhos para outros núcleos da economia nacional, bem como para países que venham a comungar dos interesses político-econômicos da potência líder, que os universaliza após amortização. O poder nacional dos países que procuram conservar esse tipo de indústria mantem domesticamente importantes setores considerados estratégicos, uma vez que eles contribuem para melhorar a inserção internacional. Aqui seria lugar-comum citar o ramo de armamentos sofisticados que agregam tecnologia.

Sem adentrar em tema que não há como analisar demoradamente neste ensaio, sobre o papel das empresas estatais no Brasil e as privatizações, mesmo assim, pensamos ser lícito passar a palavra a Ricupero a respeito de tais empresas no histórico de desenvolvimento nacional e sua relação com o princípio estratégico, a saber, geopolítico:

O problema foi agravado (da desindustrialização) por algumas das privatizações de empresas estatais que, em certos países, eram responsáveis, juntamente com universidades e instituições públicas, por 80% dos gastos em pesquisa tecnológica, em áreas como telecomunicações e energia, como era o caso do Brasil. Frequentemente, repetiu-se aqui o padrão de muita destruição e pouca criação. O balanço líquido foi um retrocesso na geração local de tecnologia e no aumento de uma dispendiosa dependência tecnológica em relação ao estrangeiro (RICUPERO, 2014).

Em consonância com Ricupero, podemos dizer que a indústria de defesa, com teor tecnológico, também pode buscar competência para ocupar nichos domésticos e com possibilidade de exportação (SOUZA; OLIVEIRA, 2017). De algum modo, é o que fazem Estados do hemisfério norte, tendo destaque por meio de pesquisas e desenvolvimento em farmacopeia, informática, biociência e outras atividades que exigem intenso conhecimento.

A aquisição de conhecimento científico e tecnológico não anula, obrigatoriamente, a industrial tradicional, ela a transforma para algo superior, pois seu desaparecimento nem sempre é factível com o poder nacional, uma vez que possa acarretar crise social, portanto, política. A indústria automobilista pode ser integrada neste raciocínio, ainda que seu impacto tecnológico tenha sido mitigado com o tempo, notadamente em países de grande peso nesse departamento, caso de Alemanha e Japão (GOWAN, 2003).

Entre várias questões críticas sobre nosso ensaio pode aparecer aquela que nos indagaria se o problema central da economia política brasileira é a desindustrialização ou a falta de regular política tecnológica, de apoio à pesquisa e desenvolvimento. Nossa resposta, embora mecânica, pode explicar que não haveria tecnologia empregável sem sua expressão empresarial, estatal ou não. Eis uma questão que também exaltam no Brasil: a universidade faz, francamente, pesquisa para que ela seja incorporada à rede empresarial?

Se essa premissa é relevante para países como Alemanha, Japão ou França também não deixa de sê-lo para o Brasil, cuja indústria não chegou a ser desprezível. Desindustrializar-se por fatores naturais, frutos da maturidade, é algo compreensível. De modo geral, os países que passam por esse processo utilizam o aprendizado histórico para adentrar em meios mais sofisticados em economia e tecnologia. Estados Unidos, Países Baixos e Grã-Bretanha ganham destaque.

Mas perder importância industrial de forma prematura, caso brasileiro, pode ser interpretado como sinal de falta de capital político ou de preparo para o planejamento que leve em consideração a importância no país no âmbito global.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que possa parecer pedante de nossa parte, somos da opinião de que grande parte do debate brasileiro, de relações internacionais, não percebeu a questão proveniente da desindustrialização nacional. Talvez isso ocorra porque se imagina que tal problema é eminentemente de ordem doméstica, sem implicações do exterior. Não é assim, a industrialização do Brasil, em grande parte, foi justamente resposta à posição que o país ocupava nos negócios internacionais no século XX, bem como sua projeção geopolítica. Sua desindustrialização relativa, na atualidade, também segue a mesma toada, é consequência da falta de projeto em um sistema desigual e conflitante, no qual os Estados que se sobressaem são aqueles que conseguem tirar melhor proveito de uma industrialização avançada.

Já na literatura sobre economia a desindustrialização não é fortuita; ela é esperada para aqueles países de economia madura que, depois de atingirem alta renda per capita, passam a perder importância industrial, sobretudo a de teor *fordista*, para o setor de serviços de maior sofisticação econômica e intelectual: concepção de desenhos e modelos industriais, médicos etc. Nesses países a indústria não acaba, mas sofre redução e se limitam àquelas que promovem avanços tecnológicos em produtos de alto valor. O que acontece na América Latina, em especial ao Brasil, é uma “desindustrialização patológica”, visto que atinge o país antes de haver chegado a um ponto ótimo de renda (RICUPERO, 06.03.2014).

Discorrer sobre a desindustrialização brasileira não é tarefa corriqueira, uma vez que a economia nacional guarda certa complexidade, resultante de décadas de projetos de crescimento industrial, com algum suporte tecnológico. É lícito dizer que a doença holandesa no Brasil é da mesma forma que é a encontrada nos tradicionais produtores de óleo que perderam, ou deixaram de ter importância manufatureira, de ponta, em virtude da exportação de hidrocarbonetos? Bresser-Pereira e Marconi usam o termo com parcimônia. Eles preferem afirmar que nossa moléstia é relativa, mas nem por isso deve ser descuidada, pois seu avanço é comprometedor (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2009).

Isto porque a posição do Brasil na condição de potência média não se enquadra facilmente em rápidas análises sobre política econômica internacional. Sem sofrer os limites agudos pelos quais passam os homônimos de baixo perfil de poder, encontrados na África, América Latina e boa parte da Ásia, o Estado brasileiro também não consegue projeção em grande envergadura igual as potências tradicionais, Estados Unidos e União Europeia.

No que se refere às exportações nacionais, esforços foram feitos, a partir de 1975, para que o Brasil conseguisse pauta em que os produtos manufaturados superassem os agrícolas, sobretudo o café, que ainda guardava certa importância. Assim, nas décadas 1980 e 1990 o país havia conseguido exportar relevante número de bens industrializados. Para dar exemplo,

14% da pauta de exportação foram constituídos por bens metalúrgicos; 10% complexo de soja; 9% de máquinas e equipamentos – o café havia caído para 7.5% (LOPES, 2020).

As grandes potências, que passaram por grau de desindustrialização, apresentam esforços para resguardar aquilo que podem ou se empenham para substituir modelo ultrapassado tecnologicamente, repassando-os ao hemisfério sul, caso do *fordismo*, e conservar aqueles setores que são mais bem constituídos, com fator estratégico, citemos informática, fármacos, eletrônica e outros itens que expressam prestígio para seus Estados.

Na condição de potência média cabe ao Brasil, mesmo que forçoso, instituir políticas de desenvolvimento econômico que não negligenciem pontos da economia doméstica: juros compatíveis com a situação nacional, reforma tributária, acabar com o que persiste de *guerra fiscal* entre as unidades federativas, diminuir o peso dos encargos e, sem se esquecer, de formar coesa e competente burocracia pública voltada para o assunto. A saber, burocracia que não se desgaste por falta de plano coerente ou por ter que “competir” com outras agências que trabalham com a mesma questão, promovendo um tipo de autofagia na qual os resultados são parcos e grandes os gastos (SUZIGAN; FURTADO, 2010).

Estas são tarefas que Luiz Gonzaga Belluzzo acredita serem essenciais para que o Brasil consiga neutralizar o processo de desindustrialização e afastar a doença holandesa, caso ela se espalhe se o País maximizar a produção petrolífera das jazidas de Santos. Quer dizer, antes de virar possível megaexportador de óleo, o Brasil tem de afastar danos conhecidos por meio de um novo projeto estratégico, de Estado (BELLUZZO, 2012).

REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond (1986). **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- BELLI, Benoni (2017). O Planejamento e a Visão Estratégica nas Relações Exteriores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 out. 2017. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/o-planejamento-e-a-visao-estrategica-nas-relacoes-exteriores/>> Acesso em: 22/11/2018.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga (2012). O Caminho da Reindustrialização. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, 04 mai. 2012. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-caminho-para-a-reindustrializacao/>> Acesso em: 14/08/2019.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. (2009). Doença Holandesa e Desindustrialização. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 nov. 2009. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2009/09.11.25.Doenca_holandesa_e_desindustrializacao.pdf> Acesso em: 07/08/2019.
- BIONDI, Aloysio. (1997). Retrato do Governo FHC: Feito por Ele Mesmo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 fev. 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi200205.htm>> Acesso em: 12/11/2018.
- BOFF, Gabriela Bristol; OURIQUES, Heitor Ricardo (2018). Energia e Hegemonia nos Estados Unidos: Uma Análise do Petróleo do Gás de Xisto a Partir da Perspectiva Sistema-Mundo.

- Colombia Internacional**, Bogotá, n. 96. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-56122018000400149> Acesso em: 25/08/2019.
- CAMPOLINA, Bernardo; DINIZ, Clélio Campolina (2014). Crise Global, Mudanças Geopolíticas e Inserção do Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Centro de Economia Política, Vol. 34, n. 4. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572014000400008> Acesso em: 22/08/2019.
- CAMPOS, Coronel Senna (1952). **Logística na Paz e Na Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- CASTRO, Antônio Barros de (1975). **Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira**. Vol. II. Rio de Janeiro: Forense.
- CASTRO, João Araújo (1999). Poder Nacional: Limitações de Ordem Interna e Externa. **Parcerias Estratégica**. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/65/57> Acesso em: 08/11/2018.
- CAUBET, Christian (1991). **As Grandes Manobras de Itaipu**. São Paulo: Acadêmica.
- CLAUSEWITZ, Carl von (1979). **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes.
- DRAIBE, Sonia (2004). **Rumos da Metamorfose**. São Paulo: Paz e Terra.
- DINIZ, Clélio Campolina (2019). Corrida Científica e Tecnológica e Restruturação Produtiva: Impactos Geoeconômicos e Geopolíticos. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos**. Vol. 21, n. 2, São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-15292019000200241&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 05/03/2020.
- FISHLOW, Albert (2013). Origens e Consequências da Substituição de Importações 40 Anos Depois. In: BACHA, Edmar; DE BOLLE, Mônica Baumgarten (org). O Futuro da Indústria no Brasil: **Desindustrialização em Debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA (2015). **Boletim Conjuntura Nacional**. Disponível em: <<http://www.contrapontoeditora.com.br/arquivos/artigos/201510011722530.Desindustrializacao.pdf>> Acesso em: 14/11/2018.
- GERSCHENKRON, Alexander (2015). **O Atraso Econômico em Perspectiva História - E Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- GOWAN, Peter (2003). **A Roleta Global: Uma Aposta Faustina de Washington para Dominar o Mundo**. Rio de Janeiro: Record.
- KJELLEN, Rudolf (1976). Autarquia. In: RATTENBACH, Augusto (org). **Antologia Geopolítica**. Buenos Aires: Pleamar.
- LOPES, Victor Faria (2020). A Reprimarização das Exportações Brasileiras em Perspectiva História de Longa Duração. **Carta Internacional**, Vol. 15, n. 3, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1029>> Acesso em: 20/06/2021.
- MATTOS, General Meira (1975). **Brasil: Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: José Olympio.
- MIYAMOTO, Shiguenoli (2002). Geopolítica do Brasil: Algumas Considerações. **Primeira Versão**, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, n. 102.
- MONTINI, Felipe; ROBINSON, Andrey; CORONEL, Daniel; FEISTEL, Paulo (2019). A Indústria Aeronáutica Brasileira: Desenvolvimento e Competitividade Internacional. **Revista de**

- Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n. 42. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/5892>> Acesso em: 28/07/2020.
- MORAES, Antonio Carlos Robert (2005). **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume.
- MORCEIRO, Paulo César; GUILHOTO, Joaquim José (2019). Desindustrialização Setorial e Estagnação de Longo Prazo da Manufatura Brasileira. **Núcleo de Economia Regional e Urbana**. São Paulo, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.usp.br/nereus/?txtdiscussao=desindustrializacao-setorial-e-estagnacao-de-longo-prazo-da-manufatura-brasileira>> Acesso em: 03/03/2020.
- MORGENTHAU, Hans (2003). **A Política entre as Nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico (2003). Política Econômica do Segundo Governo FHC: Mudanças em Condições Adversas. **Tempo Social**, São Paulo, USP, Vol. 15, n. 02. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200008> Acesso em: 16/03/2020.
- OREIRO, José Luís; FEIJÓ, Carmem (2010). Desindustrialização: Conceituação, Causas, Efeitos e o Caso Brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Centro de Economia Política, Vol. 30, n. 22. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200003> Acesso em: 05/11/2018.
- PADULA, Raphael; FIORI, José Luís (2019). Geopolítica e Desenvolvimento em Petty, Hamilton e Hamilton. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Centro de Economia Política, Vol. 39, n. 2. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/155-3.PDF>> Acesso em: 13/08/2019.
- PAULANI, Leda Maria (2003). Brasil Delivery: A Política Econômica do Governo Lula. **Revista de Economia Política**. Vol. 23, n. 42 (92). São Paulo: Centro de Economia Política. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/92-4.pdf>. Acesso em: 08/08/2019.
- RAMOS, Alberto Guerreiro (1957). **Condições Sociais do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/2010/1957.Condicoes_sociais_do_poder_nacional.pdf> Acesso em: 07/11/2018.
- _____ (1958) **A Redução Sociológica**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
- RICUPERO, Rubens (2001). **O Brasil e o Dilema da Globalização**. São Paulo: Senac.
- _____ (2014). Desindustrialização Precoce: Futuro ou Presente do Brasil? **Le Monde Diplomatique**. Ed. 80. São Paulo: Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/desindustrializacao-precoce-futuro-ou-presente-do-brasil/>> Acesso em: 06/03/2020.
- RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes (2018). Roberto Simonsen e Eugênio Gudin: Origem de um Debate ainda não Superado na Economia Brasileira. **Cadernos do Desenvolvimento**. Vol. 13, n. 23. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado. Disponível em: <<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/335/pdf>> Acesso em: 15/05/2020.
- SOUZA, Deywilsson Ronaldo; OLIVEIRA, Marco Aurélio Guedes de (2017). Tecnologia e Indústria de Defesa no Brasil: Caminhos e Alternativas. **Política Hoje**. Vol. 26, n. 01, Recife, UFPE. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicahoje/article/view/8865>> Acesso em: 10/08/2019.

- SUZIGAN, Wilson (1988). Estado e Industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**. Vol. 8, n. 4. São Paulo, outubro/dezembro.
- SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João (2010). Instituições e Política Industriais e Tecnológicas: Reflexões a Partir da Experiência Brasileira. **Revista de Economia Política**. Vol. 40, n. 1. São Paulo: Centro de Economia Política. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ee/a/TM8d9J5jzWCTGHJYNbsX39F/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 20/06/2021.
- TIRONI, Luís Fernando (2012). Desindustrialização e Movimentos pela Competitividade. **Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**, Brasília, IPEA, n. 21. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/radar/temas/industria/282-radar-n-21-desindustrializacao-e-movimentos-pela-competitividade>> Acesso em: 09/08/2019.
- TN PETRÓLEO (2013). **EUA tem Processo de Reindustrialização**, Rio de Janeiro, 21 mar. 2013. Disponível em: <<https://tnpetroleo.com.br/noticia/eua-tem-processo-de-reindustrializacao/>> Acesso em: 04/08/2019.
- TRAVASSOS, Mário (1938). **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- VIEIRA, Ricardo Zortéa (2015). Os Profetas Armados: Geopolítica e Pensamento Militar nas Origens do Desenvolvimento Brasileiro. **OIKOS**, Rio de Janeiro, Vol. 14. n. 1, p. 05-22. Disponível em: <<http://www.revistaoidos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/400>> Acesso em: 02/12/2021.